

'Esforço concentrado' começa amanhã

Começa amanhã "esforço concentrado" da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, que prepara um anteprojeto de Constituição como "subsídio" para o Congresso constituinte. Os conselheiros, presididos pelo ex-chanceler Afonso Arinos de Melo Franco, discutirão, em regime de tempo integral, no Centro de Estudos e Conferências (Centrecon) do Ministério das Minas e Energia, em Itaipava, distrito de Petrópolis, a 66 km do Rio, os temas dos capítulos 1 ("Princípios Fundamentais de Ordem Constitucional, Organização Internacional e Declaração de Direitos") e 2 ("Federação e Organização Tributária") do anteprojeto. O término das reuniões está previsto para o dia 12 de julho.

O objetivo do "esforço concentrado" é permitir a conclusão dos trabalhos dentro do prazo concedido pela Presidência da República, que criou a Comissão: 21 de setembro (o prazo inicial terminava em julho,

mas houve prorrogação). "Não será fácil", previu o secretário-geral da Comissão, Ney Prado. Somente o texto do capítulo 1, preparado pelo comitê temático da Comissão, recebeu 160 emendas. E, até agora, a Comissão concluiu os debates de três dos dez capítulos do anteprojeto: "Defesa do Estado, da Sociedade Civil e das Instituições Democráticas", "Ordem Social e "Ordem Econômica".

A razão para tantas emendas é o "caráter polêmico do capítulo 1", segundo o padre Fernando Bastos D'Ávila, membro da Comissão, que substitui Afonso Arinos na presidência quando ele não está presente. A proscrição da tortura, que passaria a ser considerada crime inaniestável, e de todas as formas de colonialismo, o estabelecimento de relações, pelo Brasil, tanto com os Estados soberanos quanto com as associações de fins humanísticos, como a Anistia Internacional, e a defesa do desarme internacional são temas que serão

debatidos, sob o ângulo das relações externas.

Na "Declaração de Direitos", os conselheiros examinarão idéias como o direito à integridade da imagem, ao conhecimento de todo o processamento de dados concernente à própria pessoa, à proposição direta de projeto de lei, através de petição assinada por um determinado número de eleitores, à revogação de mandatos legislativos por iniciativa de eleitores insatisfeitos com o desempenho de um parlamentar. A criação do Defensor do Povo, indicado pelo presidente da República, com a função de defender os direitos do cidadão frente ao Estado e à sociedade, é outra sugestão que será debatida.

As reuniões serão diárias, das 9h às 19h, com intervalo apenas para almoço. Na quinta-feira, a Comissão decide se interrompe o "esforço concentrado" no final de semana ou se prossegue, sem parar, até o dia 12.